



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2020.0000692618

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1009681-68.2018.8.26.0576, da Comarca de São José do Rio Preto, em que é apelante MOIZES PEREIRA DA CONCEIÇÃO (JUSTIÇA GRATUITA), é apelada NORMA PEREIRA (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 29ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores SILVIA ROCHA (Presidente sem voto), FABIO TABOSA E CARLOS HENRIQUE MIGUEL TREVISAN.

São Paulo, 28 de agosto de 2020.

AIRTON PINHEIRO DE CASTRO

Relator

Assinatura Eletrônica

VOTO Nº 7538

APELAÇÃO Nº 1009681-68.2018.8.26.0576
APELANTE: MOIZES PEREIRA DA CONCEIÇÃO
APELADA: NORMA PEREIRA
COMARCA: SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – SP – 7ª VARA CÍVEL
JUIZ: SANDRO NOGUEIRA DE BARROS LEITE

RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. Pretensão autoral voltada à reparação de danos morais decorrentes de acidente automobilístico causado por colisão frontal em via de mão dupla. Prova dos autos a demonstrar a culpa do réu pelo evento lesivo, haja vista a imprudência ao realizar manobra de desvio de automóvel com problemas mecânicos na pista, invadindo a contramão de direção. Insurgência do réu, restrita ao questionamento da duplicidade de condenações pelo mesmo fato. Irrelevância, presente a inexorável repercussão do fato na esfera dos direitos da personalidade, tanto do genitor, quanto da genitora da vítima fatal. Quantum indenizatório arbitrado em plena sintonia com as diretrizes da razoabilidade e proporcionalidade. Sentença mantida.

Recurso desprovido.

Vistos.

Trata-se de recurso de apelação interposto pelo réu MOIZES PEREIRA DA CONCEIÇÃO nos autos da ação de indenização por danos morais ajuizada por NORMA PEREIRA, julgada procedente

pelo d. juízo *a quo*. A procedência do pedido decorreu do reconhecimento da culpa do réu pelo acidente automobilístico que causou a morte de uma das vítimas, filha da autora da ação, ora apelada. Assim, o demandado e a litisdenunciada foram condenados solidariamente a reparar os danos morais infligidos à autora, pelo valor arbitrado em R\$ 50.000,00, com os acréscimos de correção monetária desde o julgamento monocrático e de juros de mora desde a data dos fatos, sem prejuízo da imputação dos ônus sucumbenciais, verba honorária arbitrada em 10% sobre o valor da condenação, conforme r. sentença de fls. 484/487, cujo relatório se adota.

Inconformado, apela o réu (fls. 493/507). Em suas razões recursais, anota a existência de seguro, por força do qual operada a condenação solidária da seguradora litisdenunciada. Tece considerações sobre a necessidade de fixação da condenação à luz da diretriz da proporcionalidade, obstando-se o enriquecimento ilícito, ponderando já ter sido condenado pelo ilícito perpetrado em ação ajuizada pelo genitor da vítima, não se justificando a pluralidade de demandas fundadas no mesmo fato. Pugna, assim, pela reforma do julgado, para que seja afastada a condenação, ou, quando não, reduzido o *quantum* indenizatório devido.

Recurso regularmente processado, sem preparo, ante a gratuidade concedida, apresentadas contrarrazões (fls. 510/514).

Não houve oposição ao julgamento virtual.

Recurso originariamente distribuído à C. 27ª Câmara de Direito Privado redistribuído por prevenção a esta C. Câmara, em razão da prévia distribuição da apelação nº 106.3860-20.2016.8.26.0576, de minha relatoria.

É o Relatório.

Recuso manifestamente infundado.

O apelante não controverte nesta sede a responsabilidade civil pelo ato ilícito por força da qual condenado pelo d. juízo *a quo*.

Limita a insurgência, e, conseqüentemente, o campo de devolutividade do apelo, à duplicidade, supostamente indevida, de condenações pelo mesmo fato, tendo em vista que já condenado em ação análoga, ajuizada pelo genitor da vítima. Em caráter subsidiário, pugna pela redução do *quantum* indenizatório arbitrado, anotada a existência do seguro, por força do qual operada a condenação solidária da seguradora litisdenunciada.

Registro que, de fato, nos autos da apelação nº 106.3860-20.2016.8.26.0576, de minha relatoria, julgada em 14.07.2020, desprovido o recurso do ora apelante, restou mantida sua condenação à indenização dos danos morais infligidos ao genitor da vítima em razão do acidente fatal objeto também destes autos, tendo sido fixada em R\$ 50.000,00 o *quantum* indenizatório devido.

Ao contrário do que procura o apelante fazer crer, evidentemente, a apelada não era obrigada ao ajuizamento da ação indenizatória em conjunto com o genitor da vítima fatal, haja vista tratar-se de hipótese clássica de litisconsórcio facultativo, à luz do disposto no art. 113, inciso II do CPC.

Lado outro, mas não menos evidente, a precedente condenação do apelante à indenização por danos morais infligidos ao

genitor da vítima fatal, com base nos mesmos fatos objeto de apuração nestes autos é absolutamente irrelevante ao equacionamento do litígio. Afinal, presente a inexorável repercussão do fato na esfera dos direitos da personalidade, tanto do genitor, quanto da genitora da vítima fatal, ambos, indistintamente, fazem jus à reparação, enquanto lesados diretos pelo ato ilícito perpetrado pelo apelante.

Aliás, a potencial sujeição do apelante a eventual propositura de ação análoga por parte da genitora da vítima — ora apelada —, foi expressamente considerada pelo d. magistrado sentenciante nos autos da demanda precedentemente ajuizada pelo genitor da vítima, como fundamento para a fixação do valor da indenização por dano moral em patamar inferior ao postulado.

Definitivamente, no presente feito, o *quantum* indenizatório arbitrado pelo d. juízo *a quo*, não está a comportar qualquer reparo, eis que em plena sintonia com as diretrizes da razoabilidade e proporcionalidade, em ordem a atender o duplo escopo compensatório/punitivo, da reparação a tal título.

De mais a mais, sequer houve insurgência recursal da seguradora litisdenunciada solidariamente condenada com o apelante à reparação dos danos morais infligidos à apelada.

Assim, a r. sentença merece ser mantida em sua integralidade.

Por fim, prestigiando-se o disposto no §11, do art. 85, do CPC e respeitados os critérios de ponderação estatuídos nos incisos do §2º, do mesmo art. 85, arbitro os honorários sucumbenciais devidos estritamente para a fase cognitiva recursal em valor equivalente a 2%



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

sobre o valor da condenação, sem prejuízo do montante já arbitrado para a fase cognitiva em primeiro grau, observados os benefícios da gratuidade de justiça concedidos ao apelante (art. 98, CPC).

Ante o exposto, pelo meu voto, **NEGA-SE PROVIMENTO** ao recurso.

AIRTON PINHEIRO DE CASTRO
Relator